

SESSÕES DO PLENÁRIO

13ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de abril de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO FABRÍCIO FALCÃO (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão em homenagem à comunidade indígena Tupinambá de Olivença.

Este mês é um mês de olhar a perspectiva histórica e o momento atual da Bahia e do Brasil. Pela manhã, tivemos um momento importante em que o governador entregou tão relevante projeto aqui na Casa. E, mostrando a madureza dos nossos deputados e deputadas, já foi decidido que votaremos o projeto do magistério indígena aqui na terça-feira, projeto que, com certeza, será votado e aprovado de forma unânime por todos nós.

Então, neste momento, nesta sessão especial em homenagem ao povo Tupinambá de Olivença, eu gostaria de montar a Mesa com figuras importantes, com homens e mulheres do nosso estado que travam essa luta e que colocam as suas vidas na perspectiva da defesa do povo indígena, da população negra e de todos aqueles que precisam de uma Bahia e de um Brasil melhor.

Também, nesta semana, estamos aqui com a luta dos nossos irmãos do MST, lutando pela reforma agrária, essa luta sempre atual em um país tão desigual como o nosso.

Neste momento, gostaria de convidar, para estar presente aqui, para compor esta Mesa de honra, o nobre deputado Marcelino Galo; convidar também a Dr.^a Mônica Aragão, que neste ato representa a defensora pública-geral, Dr.^a Firmiane Venâncio; o professor Jefferson Oliveira, coordenador indígena da Superintendência de Políticas para a Educação Básica da secretaria estadual da Educação.

Convidar também o Sr. Jerry Matalawê, coordenador-executivo da Superintendência de Políticas para os Povos Indígenas da Sepromi; o professor Dr. Alessandro Fernandes, Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Santa Cruz, essa figura querida, amiga, de muitos anos, de muitas lutas. Muito obrigado, professor, pelo senhor estar aqui com a nossa Uesc, sinto-me parte dela porque lá também estudei.

Convido a Sr.^a Cleia Costa dos Santos, coordenadora do Núcleo Especial Quilombola e Povos Originários da Comissão Especial da Reforma Agrária e do Direito Humano à Terra e ao Território da OAB-BA, que neste ato representa a

Sr.^a Daniela Borges, presidente da OAB-BA; o cacique e amigo Sival Sussuarana para estar aqui presente, essa figura tão querida e respeitada. (Palmas)

Convido a cacique Valdelice Amaral Jamopoty Tupinambá, amiga de muitas lutas, amiga querida do nosso povo. (Muitas palmas) Estou vendo que não convidaram a senhora para a Mesa pela manhã porque o governador iria ficar escondido com tantas palmas para a senhora, cacique Valdelice. Seja bem-vinda aqui!

Quero convidar este amigo querido, grande parlamentar de Ilhéus, importante cidade da Bahia, Cláudio Magalhães; e o ex-presidente nacional da Funai Eduardo Almeida, figura querida, para estar aqui presente. Seja bem-vindo, senhor, muito obrigado pela sua presença neste momento aqui.

Quero convidar o Sr. Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, ex-secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário. Seja bem-vindo, o senhor também, figura tão querida e respeitada por este povo da Bahia e do Brasil.

Neste momento, convido todos a ficarem em condição de respeito para ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas)

Registrar aqui também a presença de uma figura muito querida para mim e para todo o coletivo de luta do povo da Bahia, a camarada Dani Costa, vice-presidente do PCdoB, figura de muita luta em defesa de uma Bahia melhor, figura com quem sempre aprendi muito em minha vida.

Saudar o camarada Caio, também presente aqui, dirigente do meu partido.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Eu queria passar a palavra, pelo tempo de até 4 minutos, a um dos deputados mais combativos desta Assembleia e das assembleias estaduais do Brasil, que é o deputado Marcelino Galo. (Palmas)

O Sr. MARCELINO GALO: Vamos saudar todos e todas aqui, nossos companheiros e companheiras, nossos parentes, cumprimentar o presidente desta sessão, o proponente, o deputado Fabrício. O deputado Fabrício acertou de forma formidável, excelente, não tem nada mais importante para a história, para a memória, do que a gente rememorar e celebrar o povo Tupinambá, um povo guerreiro, de luta, é uma atitude elogiável.

Então, parabéns ao presidente, parabéns ao deputado Fabrício por propor esta sessão. Em nome dele e em nome da cacique Valdelice, eu cumprimento toda a Mesa e quero dizer a vocês que hoje foi e está sendo um dia memorável para os povos indígenas deste estado e do Brasil.

Primeiro, eu queria registrar aqui e agradecer aos povos indígenas em nome da liberdade, em nome da democracia deste país. Nesse governo recente que nós passamos, uma quase ditadura, um governo que perseguiu os povos indígenas, foram justamente vocês que tiveram coragem. Enquanto muitos ficaram em silêncio, ficaram em suas casas, os povos indígenas foram aqueles que mais resistiram ao governo do maldito que governou este país.

Então, se a sociedade brasileira hoje respira liberdade, que ela agradeça aos povos indígenas deste país, que resistiram com muita força. E nada melhor do que,

neste momento, nós registrarmos – vejam vocês, depois de 529 anos de resistência à colonização, ao extermínio, àquele que foi um dos maiores massacres dos povos indígenas, perpetrado pelo Mem de Sá em Olivença – que temos um governador Tupinambá eleito pelo povo da Bahia pela primeira vez. (Palmas)

Esse é o maior exemplo de que a luta, a resistência de um povo depois de passar por tudo isso que passamos na história deste país, vale a pena, os verdadeiros donos deste país elegerem o governador.

O momento que nós vivemos aqui hoje pela manhã, quando tivemos o anúncio de um pacote de políticas públicas voltadas para os povos indígenas... Nós tivemos ali uma luta histórica de todos os professores e professoras e de todos os povos indígenas para valorizá-los. Professor de branco vale o mesmo que professor indígena!

É isso, a gente tem que fazer a conexão, o que só foi possível também graças à luta política dos povos indígenas e da sociedade como um todo, porque esse projeto estava engavetado, há muito tempo ele não saía. Hoje, graças ao governador Jerônimo Rodrigues, nós tivemos a alegria de celebrar, de encher este espaço aqui de vidas daqueles que lutam pelo seu território.

E nós temos agora que fechar com chave de ouro porque o governo, o presidente Lula, precisa entregar o território Tupinambá, precisa entregar os 47 mil hectares de terra para todos os povos que vivem lá porque só teremos autonomia e liberdade se formos autônomos e donos dos nossos territórios, que são fundamentais. É através do território e da terra que os povos indígenas estabelecem a sua relação com a vida, com a natureza. Sem território, não há vida, não há natureza.

Hoje, no mundo, os principais povos preservadores do meio ambiente, que ainda conservam o que resta de floresta, de água límpida, são justamente os povos originários espalhados pelo globo. Sem preservar a vida dos povos originários, nós não vamos ter meio ambiente, nós não vamos ter vida neste planeta.

Então, quero saudar todos vocês, dizer que nós estamos aqui juntos com o deputado Fabrício para continuarmos essa luta, precisamos implantar o memorial do povo Tupinambá lá em Olivença. Já existe recurso, nós temos de chegar a um acordo sobre onde ele vai ficar, o memorial é fundamental para a preservação, para apresentar para aqueles que vão visitar.

Não é só turismo para a grande burguesia, é para conhecer a história deste país e para conhecer os verdadeiros donos, como eles contribuíram, e rememorarmos aquele massacre. Então, nós precisamos concretizar justamente isso, já existe verba, e esse memorial é fundamental.

Muito obrigado, deputado Fabrício! Muito obrigado a vocês por estarem aqui. Viva ao povo Tupinambá de Olivença! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns, grande deputado Marcelino.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Convidar aqui, à Mesa, a excelente secretária de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais Ângela Guimarães, que neste ato representa o governador Jerônimo Rodrigues; convidar também Rosa de Souza, representando a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil). Venha, Rosa!...

(Interrupção no fornecimento de energia elétrica.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão) (fora do microfone): Alô! Alô! É... hoje não vai ter nem... nem gerador, foi no Imbuí inteiro, desde o Imbuí. Até no Imbuí faltou energia. Aí não tem... Alô! Aí não tem nem...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão) (fora do microfone): E cadê o gerador?

Oradora não identificada (fora do microfone): É esperar ligar.

Oradora não identificada (fora do microfone): Nesse instante, entrou o gerador.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão) (fora do microfone): O gerador entrou e caiu.

Oradora não identificada (fora do microfone): Foi.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão) (fora do microfone): E aí, cadê o gerador da Assembleia? Porque o gerador é automático, né?

Orador não identificado (fora do microfone): Não ligou o gerador.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão) (fora do microfone): É, ligou e caiu. Será que não compraram diesel para o gerador?

(Os participantes da sessão entoam cântico.)

(O fornecimento da energia elétrica é restabelecido.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Aêêêêê! Estão vendo aí como a energia positiva de vocês é boa? (Risos). Que bom!

Quero convidar, para usar a palavra, a Dr.^a Mônica Aragão, representando a Defensoria Pública da Bahia. Seja bem-vinda, doutora.

A Sr.^a MÔNICA ARAGÃO: Boa tarde a todas, todos e “todes”. Boa tarde, gente! Eu queria saudar a Mesa na pessoa do deputado Fabrício, pela iniciativa; saudar a secretária Ângela também; o deputado Marcelino Galo, parceiro nosso; todos os demais, a cacique tão bem aplaudida; eu não podia deixar de fazer o uso da palavra, ainda que breve, só para uma saudação.

Porque a Defensoria Pública tem a alegria de ter, entre seus membros e membras, agora, a primeira defensora pública indígena, que se chama Aléssia Tuxá, em nome dela é que eu estou aqui fazendo essa saudação. Inclusive, a encontrei aqui na entrada, soube que ela estava de manhã com vocês, e já soube da vitória.

Eu queria parabenizar toda a causa indígena, todo povo de todas as nações. Eu sei que hoje a homenagem é aos Tupinambá de Olivença, mas parabéns a todos vocês que conseguiram mais essa vitória, do encaminhamento, pelo governador Jerônimo, do projeto de lei para professores na área indígena, para professores indígenas.

Então, eu conversei com a Aléssia, ela disse que há uma garantia, uma discussão de que isso vai ser aprovado, de que tão logo vai ser aprovado. E conte com a gente, com a Defensoria Pública, para ajudar na implementação dessa e de outras políticas da causa indígena. Porque o dia de hoje não tem que ser comemorado só hoje, no 18 de abril, chega desse negócio de Dia do Índio, dia 18 de abril, acho que isso tem que ser abolido, isso tem que começar a ser abolido, inclusive, nas escolas. Tem que mudar, continua nas escolas, a gente tem que fazer uma campanha, secretárias, deputados...

Vamos tentar um projeto de lei, principalmente nas escolas, começando pelas escolas públicas, as municipais, as estaduais, para abolir esse nome. E o dia... tem que ser comemorado todos os dias, claro que a gente pode escolher um para lutar, para lembrar da luta, porque a luta é o ano todo. É isso.

Quero deixar o abraço da Defensoria aqui, dizer que a gente está de portas abertas, como vocês sabem. Além da Aléssia, ela representa... ela tem um GT que discute todas as causas, as questões indígenas, dos povos originários. Então, a gente vai estar sempre de portas abertas. Ilhéus é sede de regional nossa, Itabuna, Porto Seguro, vários lugares em que tem os povos indígenas também.

Obrigada, parabéns para vocês por hoje, por essa importante vitória pela manhã, a vitória que vai ter ainda neste mês, que eu sei, e pelo ano inteiro. Contem com a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Obrigado, doutora.

Quero saudar também o ex-deputado Bira Corôa, grande figura na luta em defesa dos povos originários da Bahia, grande parlamentar, grande figura pública; parabenizar aqui Elvio Magalhães, chefe de gabinete do meu mandato, que está aqui, que ajudou a organizar esta importante sessão. Obrigado, Elvio.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Gostaria de convidar agora o professor Jefferson Oliveira, coordenador indígena da Superintendência de Políticas para a Educação Básica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, ele que também foi muito aplaudido hoje aqui junto com a secretária, professora Carla Ramos, com seus gatinhos ali. Professor, seja bem-vindo, parabéns mais uma vez, você nos representa. (Palmas)

O Sr. JEFFERSON OLIVEIRA: Muito boa tarde a todos, todas e “todes”. É uma emoção ter estado aqui, de manhã, com a aprovação da lei, e estar também agora à tarde.

Gostaria de cumprimentar o nosso deputado Fabrício Falcão e, em nome dele, todos os outros representantes do Legislativo; a nossa secretária Ângela Guimarães, representando nosso governador; o nosso cacique Sussuarana e a nossa cacique Valdelice, que são grandes lideranças e representam aqui todo um grupo de caciques daquela nossa Região do Extremo Sul, nosso povo Tupinambá.

Mais do que isso, é um momento de celebração, de reflexão e de perceber que nós precisamos dessas alianças para continuarmos avançando na luta para garantia dos direitos dos povos indígenas.

Esta homenagem é também uma homenagem para todos os povos indígenas da Bahia que continuam presentes na luta, continuam vivos. Vocês que estão aí do outro lado nos assistindo neste momento, isso aqui é uma aula, é uma aula de cidadania, é uma aula de garantia de direitos.

Por isso que, aqui, temos tantos estudantes, nós temos os nossos professores, porque este espaço, um espaço de luta, também se configura como um processo de educação escolar indígena. Então, para nós, este espaço é muito importante.

Eu sei que a nossa secretária Rowenna esteve aqui pela manhã. Então, deixo o abraço e o carinho que ela já deixou mais cedo para todo o povo Tupinambá e todo o povo indígena; assim também como a nossa superintendente Leninha e a nossa diretora da Educação Escolar dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais da secretaria de Educação, Poliana.

Então, mais uma vez, parabeno o nosso povo Tupinambá e os povos indígenas da Bahia. Neste momento, a gente está aqui para falar sobre as nossas questões, mas também para chamar, fazer um convite a você que está aí do outro lado, seja parlamentar aqui, seja no seu município, para se somar à nossa luta. A nossa luta é pela defesa do território, pela defesa do nosso ambiente, porque não é “meio ambiente”, nós fazemos parte e precisamos nos incluir mais.

Nós precisamos entender que só cuidando dos nossos, só cuidando do nosso espaço, do nosso território, é que este planeta vai se curar, é que vamos continuar tendo vida e possibilidade de pensar num futuro melhor para os nossos filhos e para os nossos netos.

Então, viva o povo indígena! Viva o povo Tupinambá! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns, professor. O amigo esteve aqui de manhã e agora, de novo, fazendo falas sempre importantes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Gostaria de convidar agora, para fazer uso da palavra, o amigo querido, o cacique Sival Sussuarana. Venha, Sival!

O Sr. SIVAL SUSSUARANA: Boa tarde a todos.

Eu queria saudar todos nós Tupinambás que estamos aqui hoje nesta sessão especial. Quando falamos de sessão especial em homenagem aos Tupinambás de Olivença, estamos homenageando todos os povos indígenas da Bahia e do Brasil, porque entendemos que o mês de abril é o mês de reivindicação do movimento indígena do Brasil.

Eu gostaria também de saudar a Mesa na pessoa do deputado Fabrício Falcão. Saudando-o, saúdo todas as autoridades institucionais que estão aqui; também os deputados que estão aqui; a Uesc; Ângela Guimarães; Eduardo Almeida, que foi presidente da Funai e entende e conhece bem a nossa situação na questão do povo Tupinambá. Enfim, saudar também todo o povo Tupinambá, porque a gente sabe

que não foi fácil para a gente estar aqui, hoje. A gente já vem trabalhando esta sessão especial de hoje há mais de 6 meses.

Então, a gente não está aqui simplesmente para comemorar o mês de abril, mas, sim, para a gente continuar um trabalho que... Antes da invasão, os povos indígenas do Brasil e da Bahia aqui já habitavam e vêm travando essa luta a partir da invasão. De lá para cá, o território Tupinambá... No ano de 1926, pela Lei nº 1.916, houve um decreto do governo brasileiro, o Decreto-Lei nº 1.916, que autorizava o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) a demarcar o território Tupinambá, Pataxó e de outros indígenas que viviam em nossa região. Era como os mais velhos já falavam naquele documentário, que o nosso território era de 50 léguas em quadra, e está lá nessa documentação de 1926.

Nós temos um documento, um relatório de violência contra o povo Tupinambá que consta nesse documento. Nós o entregamos à relatora da ONU na Reserva da Jaqueira, no Extremo-Sul, em que fizemos várias denúncias de assassinatos do nosso povo, não só do povo Tupinambá, mas dos povos indígenas da Bahia. Também pedimos a imediata assinatura das portarias declaratórias do povo Tupinambá, do povo Tumbalalá, do povo Pataxó de Barra Velha e a homologação de Aldeia Velha.

Então, a gente também queria aqui solicitar às nossas autoridades, às universidades, a todos que entendem que a gente não pode mais esperar, porque já passamos pelo governo Lula lá atrás... A nossa luta não vem de agora, já vimos lutando há mais de 524 anos. Então, não tem por que o governo Lula, de novo, parar essas portarias no Ministério da Justiça. Por várias vezes já estivemos no Ministério da Justiça, na Casa Civil, na própria Funai. Então, as nossas portarias declaratórias não têm mais nenhum impedimento, não tem mais contestação para nenhuma delas, nem Tupinambá de Olivença, nem Tumbalalá, nem Barra Velha, e nem a homologação de Aldeia Velha.

Então, a Bahia é protagonista desde o início da invasão. Foi na Bahia onde tudo começou, como um parente falou aqui. Nós somos povos originários, nós recebemos todo tipo de ataque, de invasão, miscigenação, genocídio, mas nós estamos aqui sobrevivendo, estamos vivos, dizendo que o governo tem de fazer valer o que está na Constituição Federal, que é demarcar e proteger os territórios indígenas. Dentre eles o território do povo Tupinambá de Olivença, porque já consta lá. Já estivemos várias vezes em reunião no Ministério da Justiça e não tem nenhum impedimento.

Por último, estivemos com Flávio Dino e o assessor dele, Marivaldo, colocou que não tinha nenhum impedimento à portaria declaratória do povo Tupinambá. A Funai já respondeu a todas as contestações que foram entregues para ela. Não cabe mais marco temporal, já foi feito o levantamento fundiário das propriedades dos não índios dentro do território Tupinambá. São mais de 750 propriedades, restando só 150. O povo Tupinambá ocupa 80% do nosso território, produzindo da farinha ao aipim, ao mamão. De tudo que tem lá, nós produzimos. Então, nós estamos dentro desse território, e só cabe agora ao governo brasileiro, que é representado pelo nosso presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, fazer valer, através dos seus ministros, e

assinar as portarias declaratórias que se encontram no Ministério da Justiça. Dentre elas, a Portaria Declaratória do Povo Tupinambá de Olivença, que é mais um processo, porque logo após vem a homologação.

Desde já a gente chama também as nossas autoridades do governo do estado, e temos aqui Ângela Guimarães, representando o governador Jerônimo. Já estivemos com Afonso Florence na Casa Civil e ele sinalizou que não há nenhum impedimento e que o governo está compreendendo que é necessária a assinatura dessas portarias.

Logo pela manhã, o governador Jerônimo, no documento que apresentou aqui, também foi solícito à resolução dos problemas fundiários aqui, na Bahia. Então, é nisso que a gente acredita.

Quero agradecer a todos que estão aqui e dizer que estamos só cumprindo mais um passo, meus parentes. Contudo, o último passo é a homologação, bater os piquetes e “desentrusar”, porque tudo já foi feito, não resta mais nada. A gente não está pedindo, a gente quer que o governo brasileiro cumpra aquilo que está na nossa Constituição Federal.

Desde já, essa aqui é a minha fala. Quero saudar a todos e dizer ao público que avance. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns, Sival.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Quero passar a palavra agora para Rosa de Souza, representando aqui essa importante central dos trabalhadores do nosso Brasil, a CTB.

A Sr.^a ROSA DE SOUZA: Boa tarde a todos e todas. Quero agradecer ao deputado estadual Fabrício Falcão por este convite; a Cláudio Magalhães também. Eu quero dizer que, para nós da CTB, está sendo o maior prazer estarmos aqui com vocês neste momento de confraternização, em que nós estamos homenageando o povo originário Tupinambá de Olivença. Eu quero pedir desculpas porque para mim está sendo um momento muito especial e importante.

Quero dizer que esse reconhecimento da categoria, com relação a entender essa necessidade de unificar, de reconhecimento aos professores e às professoras no estado da Bahia, nossa secretária Ângela Guimarães está aqui, representando o governo do estado, é de total referência para nós, trabalhadores e trabalhadoras, que entendemos e identificamos a luta que vocês têm historicamente durante o processo de independência do nosso país, principalmente da nossa Bahia.

Por isso, quero aqui agradecer e dizer que contem conosco, da CTB, nessa luta, junto com vocês, com os povos indígenas, homens e mulheres, nessa perspectiva da representação e da luta que vocês representam para a sociedade, para o povo do Brasil e para o nosso estado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Obrigado, Rosa.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Convido agora, para usar da palavra, o Sr. Eduardo Almeida, ex-presidente nacional da Funai e grande figura pública deste país.

O Sr. EDUARDO ALMEIDA: Boa tarde a todos. Eu queria, inicialmente, agradecer aqui aos meus camaradas, deputado Fabrício Falcão, vereador Cláudio Magalhães, de Ilhéus, que são camaradas do meu partido, por esse convite muito honroso. E realmente me emociona um pouco estar aqui, nesta sessão especial da Assembleia da Bahia, porque os povos indígenas do Brasil merecem a nossa homenagem, o nosso apoio irrestrito, a nossa vinculação à luta de todo o povo brasileiro pela democracia, pela liberdade, de modo muito especial o povo Tupinambá, muito particularmente para a Bahia, porque, como foi dito aqui, na Bahia foi onde tudo começou nesse processo de colonização que resultou neste país.

O povo Tupinambá foi justamente o povo que primeiro recebeu esse contato com o colonizador lá na região de Porto Seguro, que hoje é a região consagrada ao povo Pataxó, mas também o povo Pataxó é uma fusão de etnias dos próprios Pataxós com os povos Tupinambás e Tupiniquins, que são Tupinambás também. E lembrar a todos aqui que o povo Tupinambá é um fenômeno.

Eu não sou antropólogo, sou indigenista, mas, pelo pouco que a gente é obrigado a estudar para compreender a história dos povos indígenas, o Brasil tem um fenômeno muito interessante como país tropical que tem a sua faixa de Mata Atlântica litorânea quase toda amplamente dominada por uma cultura praticamente uniforme, embora fossem grupos tribais diferentes, que não se viam como uma nação unificada. Mas esse fenômeno de termos de Santa Catarina até o Maranhão um povo que falava praticamente uma língua só, que, segundo os linguistas modernos, tem de ser chamada não de tupi, mas de tupinambá, porque é uma língua do tronco tupi, da família linguística tupi-guarani, o que é especificamente um caso quase que raro no mundo, no mundo tropical especialmente, a gente ter essa hegemonia cultural num espaço tão grande.

E esse povo Tupinambá tem uma relação muito cara com o nascimento deste país, é a raiz desse país, porque, se não fosse os Tupinambás, os portugueses viriam aqui e passariam fome porque não conheciam a mandioca, a farinha, nem as frutas do local, nem o amendoim. Enfim, uma série de produtos da terra cuja tecnologia, cujo domínio técnico de agricultura quem dominava era o povo indígena, especificamente o povo Tupinambá, que era um povo que conhecia profundamente. Então, não é mera coincidência que nós tenhamos hoje, na raiz do nosso país, na nossa subsistência básica, a mandioca, o milho, o amendoim, vários produtos. Todas as frutas que honram este país, que formam a culinária deste país são frutos domesticados pelos povos indígenas, no caso, pelos Tupinambás.

Então, para a Bahia é muito importante que esse povo que... 40 anos atrás, nos anos 60, 70, a gente, em Salvador, ouvia falar: “Existem uns caboclos de Olivença. Ah! Coitados, eles vivem lá, estão perdendo as suas terras, as suas terras estão sendo tomadas.” E quando você chega aos anos 70 e 80, você vê esse povo se erguer, tomar para si o seu orgulho, o seu pertencimento, a sua identidade, seguindo o exemplo de tantos outros povos por este país afora, e constituir essa luta linda,

maravilhosa que, como disse o deputado Marcelino aqui, é uma luta exemplar para a luta do povo brasileiro.

A luta do povo Tupinambá de Olivença e a luta de todos os povos indígenas no Brasil são exemplares, porque são a vanguarda. Enquanto nós tivemos aí, durante este milênio, a partir do primeiro governo Lula, um certo descanso, um certo recuo do movimento de massas, dos movimentos sindicais, a companheira da CTB falou aqui, no movimento indígena, assim como no movimento negro, nós tivemos um grande avanço. Quer dizer, isso nós temos de agradecer a essa turma, a esse pessoal, porque essa turma segurou a bandeira da democracia neste país. E este país não será uma democracia enquanto não reconhecer plenamente todos os direitos que têm todos os seus filhos, e o primeiro desses filhos é o povo indígena.

Então, meus amigos, para encerrar, eu queria agradecer aqui a Assembleia Legislativa pela acolhida a essa causa, e fortalecer a reivindicação de que o campo político democrático da Bahia, e mesmo os menos democráticos, vamos dizer assim, abraça essa causa da demarcação e da homologação da terra indígena Tupinambá de Olivença.

Lembro-me de que, há 21 anos, em fevereiro de 2003, eu estava na Funai, em Brasília, no primeiro governo Lula, e nós fizemos questão de incluir a demarcação do povo Tupinambá de Olivença na lista enorme (palmas) que havia de um passivo de demarcações a serem feitas, que estavam atrasadas e que não saíam do papel na Funai. Eu disse: “Não, vamos incluir a demarcação do povo Tupinambá de Olivença, porque a luta desse pessoal é uma luta gloriosa. Eles não podem... é um território importante.”

Inclusive, isso também significa uma defesa da Mata Atlântica na Bahia, o que é fundamental para todos nós, principalmente nesses tempos de mudança climática e tudo mais. Decorreram 21 anos e, hoje, esse processo está parado lá no Ministério da Justiça. Isso não pode acontecer, nós temos que dar um jeito. A Bahia em peso, articulada, todas as suas forças políticas, todos os seus segmentos sociais devem clamar ao governo Lula, ao atual ministro da Justiça, Lewandowski, para que assine essa portaria e envie ao presidente Lula e o presidente Lula possa homologar finalmente essa terra. Será um dia de grande festa para todos nós e uma glória para a democracia no Brasil.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns, Dr. Eduardo, por sua excelente fala, essa aula.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Convido, para usar da palavra aqui, o coordenador executivo da Assistência de Políticas para os Povos Indígenas da Sepromi, Jerry Matalawê.

O Sr. JERRY MATALAWÊ: Cadê os Tupinambás? Ohhh!!!

E os Pataxós? Está fraquinho... E os Pataxós?

(O povo se manifesta.)

É um imenso prazer poder estar aqui, nesta tribuna, e, em especial, poder homenagear esse povo tão grandioso do nosso país que é o povo Tupinambá, que faz essa luta por todos nós, os outros povos indígenas, desde o começo da colonização, a de ser a barreira contra a colonização. Também a gente tem de lembrar que eles ficavam roubando as mulheres Pataxós. E ainda vamos descontar, viu? Calma lá.

E dizer da necessidade que a gente tem de poder presenciar momentos como esse, Marcelino. E dizer da necessidade, Fabrício, de a gente poder constituir esta Casa como também um lugar dos povos indígenas, como fizemos hoje, pela manhã, e agora, à tarde.

Dizer à nossa cacique Valdelice, ao nosso cacique Jecival e também ao nosso cacique Renato e a todos os caciques Tupinambás aqui presentes que vale a pena lutar, que vale a pena poder estar nessa frente de luta, mas, ao mesmo tempo, constituir uma possibilidade de ter todos os outros povos também como aliados uns dos outros.

Eu tenho um amigo chamado Douglas Gebar que hoje está em São Paulo. Ele diz que, às vezes, ele via os indígenas em parceria com a Funai, com a Anai, com o Cimi e com outros. Mas ele falou assim: “Olha, Jerry, chegará o dia em que a aliança mais importante tem que ser entre os povos indígenas.” É o que a gente vê hoje aqui e é o sucesso da nossa batalha.

Uma coisa fundamental que nós temos que trazer é que quando a gente homenageia o povo Tupinambá nós estamos lembrando da nossa ancestralidade. E nós estamos trazendo aqui a força dos nossos encantados para lutar junto conosco. E, principalmente, lembrar da nossa companheira Nivalda, que ajudou a levantar o povo Tupinambá, lembrar do cacique Alício, que não conseguiu estar aqui por sua idade, mas não consegue largar a sua borduna para continuar lutando, e de tantos outros, como Pinduca, como tantos outros parentes nossos já combateram na luta.

Dizer que, quando nós estamos aqui, muitos outros nossos parentes também estão indo para Brasília, para poder fazer outra frente nacional das lutas dos povos indígenas, à qual nós queremos que os povos indígenas também estejam, amanhã e depois, marchando para Brasília para que a gente possa defender a demarcação do povo Tupinambá, demarcação do povo Pataxó, do povo Tumbalalá, porque a demarcação precisa avançar.

E dizer aqui, em nome da nossa superintendente, Patrícia Pataxó, que já está na estrada para poder estar amanhã em Pau Brasil e depois no território Pataxó, para cumprir a agenda do Dia dos Povos Indígenas, da necessidade de que a gente possa contar sempre com o governo da Bahia e contar sempre com a Assembleia Legislativa e com todos os deputados.

E dizer da necessidade de a gente poder continuar constituindo, a exemplo do nosso companheiro Cláudio Magalhães, que está lá em Ilhéus, fazendo a luta combativa no poder público municipal, na Câmara Municipal, conseguindo trazer também para o povo Tupinambá um protagonismo nunca visto a partir da política. E é isso que nós queremos ver nos nossos povos.

(Os participantes se manifestam.)

Quero dizer também que fui delegado pelo meu companheiro Agnaldo Pataxó, que está em Brasília, tomando posse na CNPI como um dos nossos membros defensores das causas indígenas em Brasília, e só não está aqui em função dessa luta de lá. Até porque Patrícia veio para cá e a gente não podia ficar vazio em Brasília.

Dizer da necessidade de poder contar com o Mupoiba, contar com a necessidade de continuar fazendo a luta unida dos povos e organizações indígenas da Bahia a partir da nossa luta unificada entre todas as etnias.

E dar um abraço aqui no nosso colega Kâhu Pataxó, em nome de todos os outros povos. Aqui os Pataxós fazendo frente nessa luta.

(Os participantes se manifestam.)

Dizer da importância e da necessidade de a gente ter o gesto de hoje como um gesto não apenas simbólico, mas da necessidade que as nossas lutas continuem avançando e que valham a pena.

Um abraço à minha secretária Ângela em nome do governador.

Demarcação já! Demarcação?

(O Plenário responde: Já!)

Demarcação?

(O Plenário responde: Já!)

Demarcação?

(O Plenário responde: Já!)

Um abraço a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns, Jerry.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Fará uso da palavra o Ex.^{mo} Sr. Vereador de Ilhéus Cláudio Magalhães Tupinambá. Venha, Cláudio.

(Os participantes se manifestam.)

O Sr. CLÁUDIO MAGALHÃES TUPINAMBÁ: Boa tarde, parentes.

Quero, primeiro, externar a minha grande gratidão ao deputado Fabrício Falcão por ter acolhido um pedido do movimento indígena trazido aqui pela cacique Maria Valdelice Jamopoty, pelo cacique Sival Sussuarana, para que esta Casa pudesse receber e homenagear uma das mais organizadas lutas do povo indígena da Bahia.

Os Tupinambás em sua história de organização política, social, de sua ancestralidade, são um povo que se reuniu em 23 comunidades que resistem em 47 mil hectares de terras no Sul da Bahia, onde, aviltados pelos coronéis do cacau, resistiram por todo esse tempo.

Aqui, hoje, vocês engrandecem a Bahia, vocês trazem para cá anciãos, jovens, a luta do povo Tupinambá, para dizer não só para a Assembleia Legislativa, não só para o governador indígena Tupinambá, não só para aqueles que nós conquistamos

como aliados que, junto com o nosso povo, construíram essa história bonita, essa história a que hoje esta Casa se curva para homenagear.

Então, vocês todos, nossos parentes, aqueles que não puderam vir, aqueles que no seu percurso tombaram, como Pinduca, que deu sua vida pela luta do nosso território, a minha tia Nivalda Amotara...

(Os participantes se manifestam.)

(...) que na sua sapiência conseguiu reunir, em torno de si, uma das maiores lideranças indígenas do nosso povo e da Bahia. Ela nos deu a sua filha Maria Valdelice. Ela teve a coragem, quando muitos declinaram, de suportar o peso de ser uma liderança, uma cacique mulher, a segunda da Bahia, para conduzir, ameaçada de morte, e deixar sua família que, apesar de ser uma família resiliente, uma família acolhedora, uma família que nunca a abandonou. E, na pessoa de Jaqueline, faço esta homenagem hoje. Sem a minha tia, é difícil.

Mas nós conquistamos espaços nesta luta. Assim, eu estou com os meus 58 anos. Desde os 20 anos, me dediquei à luta do meu povo, à luta da resistência, à luta da construção de lideranças e da formação de muitos que hoje são representantes nossos.

Queria falar de Juliana Santana. Ela chegou a ser uma assessora importante na Funai, em Brasília, por conta da construção e da estratégia que nós montamos.

Mas não nos vemos em espaços de poder. E a gente faz a nossa luta, não procurando recompensas. Nós fazemos esta luta no sentido de, cada vez mais, garantir os direitos do povo originário e do povo Tupinambá.

Trata-se da demarcação do nosso território. Já está mais do que passada a hora de todos aqueles que caminharam com a gente...

E aí eu quero, deputado Fabrício, falar do meu partido, o Pcdob, que sempre teve condições, colaborações e solidariedade. É disso que a gente fala hoje: solidariedade, irmandade e dar oportunidade àqueles que estão na luta, mas, muitas vezes, não têm as mesmas condições que outros.

A gente traz, Fabrício, de coração, o pedido que lhe fiz para olhar para o meu povo, olhar para o povo Tupinambá e ser solidário como o deputado Marcelino Galo e como os que vieram antes da gente. Digo isso porque esta é a importância da nossa luta.

Ângela Guimarães, representando o nosso governador Jerônimo, ao chegar ao cargo que chegou, faz movimentos para reparar tudo aquilo que o povo indígena merece e merecia, há muito tempo, ser contemplado, ao trazer políticas públicas e ao fazer esta condição.

Quero agradecer às pessoas como D. Olga, que faz parte de uma geração que se doou e construiu essa possibilidade, na figura do nosso Eduardo Almeida, quando presidente da Funai, de pegar o nosso processo com atenção para que a gente pudesse, conduzida pela ancestralidade dela, ter a possibilidade de demarcação do nosso território.

Quero citar a instituição Uesc. O reitor é meu amigo. Ele é uma pessoa por quem eu tenho uma grande estima, porque nós convivemos momentos difíceis da

luta por uma universidade pública gratuita e de qualidade na nossa região. Ele sabe disso porque lá, naquela universidade, eu pude compreender que eu precisava usar do que eu tinha aprendido para ajudar meu povo. Foi isso o que eu fiz, faço e farei, independente se estou agradando ou não.

Eu, na minha condição de indígena, procuro fazer, cada vez mais, no sentido de que a gente possa ajudar principalmente os nossos parentes, pois, pela primeira vez, estão ocupando um espaço de poder.

No meu caso, como o primeiro indígena no município de Ilhéus, como Jerry Matalawê, que foi o primeiro coordenador de Políticas para Povos Indígenas, como Valdelice, a segunda cacique...

A gente precisa entender que precisamos parar com isso de ser o primeiro. Nós temos de ser sempre, não os primeiros, os primeiros que possam vir muito mais. E a gente só vai construir essa possibilidade se tiver a sensatez, como teve o governador Wagner, ao criar a Sepromi, ao criar primeiro uma coordenação indígena e, depois, agora, a superintendência, a partir do olhar e do encaminhamento de nosso governador Jerônimo Rodrigues.

Então, Ângela, sinta-se fortalecida com todo o poder que tem o povo Tupinambá para que você, nessa secretaria, possa fazer muito mais por este povo que está aqui hoje, clamando, primeiro, pela demarcação de seu território e, segundo, pelo seu reconhecimento político e social.

Quero agradecer ao Cimi (Conselho Indigenista Missionário) através daqueles que nos encorajaram a sempre estar na luta. (Palmas) Eles estiveram presentes com a gente em momentos difíceis.

Bem, Aroldo não está aqui para testemunhar quando os fazendeiros de Buerarema fizeram com que o que aconteceu com cacique Babau que, na sua força, na sua ancestralidade, botou a gente na política nacional para defender o direito ao território que tradicionalmente ocupamos.

Foi lá, naquele momento mais difícil, que a gente viu quem eram os nossos aliados, e lá estava o Cimi. Nós entramos numa reunião com os fazendeiros. Quem estava lá viu. Valdelice aqui não me deixa mentir. Só nós, só nós, ameaçados, covardemente articulado com a política local para que a gente pudesse, naquele momento, botar a cara e ser massacrados!

Mas nós tivemos a coragem de ir lá. Nós tivemos a coragem de entrar naquela sala e dizer para aqueles fazendeiros que estavam lá, como o que assassinou Pinduca, que nós não íamos arregar, nós não íamos nos acovardar. (Palmas) E é isso o que a gente fala e é isso o que a gente pede. A gente pede que o nosso povo compreenda que, para a gente, esses momentos são novos. Mas a gente não quer só isso, não é?

Eu vou, de novo, agradecer ao deputado Jean Fabrício por esta oportunidade que ele nos dá ao fazer história, pela primeira vez, nesta Assembleia Legislativa.

Mas a gente precisa muito mais de empenho, ajuda e solidariedade. Quero que o nosso amigo e deputado, que visitou as nossas aldeias várias vezes... Quero que ele e Afonso Florence, esse último, hoje secretário da Casa Civil, levem este pedido e este apelo ao nosso governador. Sei que o governador já faz muito pelo povo

indígena, mas peço que ele dê um olhar especial para o povo Tupinambá, o povo ao qual ele se autoafirma para que, em breve, a gente possa trazer, para esta Casa, uma solução definitiva para a demarcação do nosso território. (Palmas)

Quero parabenizar os nossos parentes Tupinambás!

Quero falar que nós estamos lastrando. Isso aqui não é para a gente. Isso é para os jovens como Juliana, Fabinho, Bruno, Laís. Eles são o nosso futuro nesta luta que não será terminada em nenhum momento. Esta luta sempre perdurará. Nós teremos, em vocês, jovens, muitas vezes, que têm esse momento da radicalização, esse momento do desprendimento, da vontade de lutar. Mas não se esqueçam de reconhecer o papel que cada um teve, principalmente, na história de luta do nosso povo.

Então, Eduardo, você não estava sozinho na Funai. Você não conduziu aquele processo, mas o processo foi conduzido através de vários parceiros que você nos trouxe para dar visibilidade à nossa luta, pois ela não era fácil. E você sabe disso.

A minha tia Nivalda conta as histórias dos parentes que não tinham, muitas vezes, nada para alimentar sua família. E ela, generosamente, generosamente, pegava um pouco de recursos que tinha na Pastoral da Criança e fazia um almoço coletivo. (Palmas) É disso o que eu estou falando.

Vamos juntos!

Viva o povo Tupinambá!

Demarcação já! Demarcação já! Demarcação já. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Neste instante, chamo a Sr.^a Cleia Costa dos Santos, representando a Comissão Especial de Reforma Agrária e Direito à Terra e ao Território, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Bahia.

A Sr.^a CLEIA COSTA DOS SANTOS: Boa tarde.

Primeiro, eu peço licença da palavra aos mais velhos, a quem eu devo meu trabalho, e a licença da palavra aos mais jovens, a quem eu devo o meu exemplo.

Saúdo a Mesa nas pessoas do deputado Fabrício e da nossa secretária Ângela.

Peço desculpas por ter me atrasado no assento da Mesa, porque eu estava neste recinto desde as 14h10min. Eu me encontrei com um grande amigo, o companheiro Bira. Nós ficamos a relembrar os primeiros passos, em 2009, quando começamos a discutir a educação indígena na Secretaria da Educação. (Palmas) Eu tive a felicidade desse aprendizado na condição de procuradora do estado. Hoje, estou aposentada. E de lá nós festejamos, como primeiro passo, a formatura dos primeiros professores.

Hoje, nós sabemos que, embora não de forma completa, já estamos trabalhando o conceito de uma carreira, que não tem nada diferente da carreira profissional dos professores não indígenas.

Quero dizer o seguinte. Vejam, é com esses aprendizados que temos dos nossos povos originais, dos nossos povos quilombolas, que nós somos capazes de

compreender que não é a ciência e nem o formato colonial, o formato do colonizador, a única maneira de se viver em um país que é multicultural. Nós vamos caminhar para compreender que nem mesmo haverá necessidade de ter as instâncias científicas exclusivamente para que tenhamos a educação indígena e quilombola em prática neste país.

Mas eu trago da OAB, seção Bahia, nesta condição de representação, uma notícia que é muito importante para advogados e advogadas, responsáveis, inclusive, pela construção da legislação no Brasil que, até então, mesmo após a Constituição brasileira, não consegue reconhecer um país multicultural. Eu trago a notícia que nós refletimos internamente e percebemos a necessidade de ter uma Comissão Especial de Reforma Agrária e Direitos Humanos à Terra e ao Território, com o núcleo especial de povos originários e quilombolas.

Nós fazemos tudo muito coletivamente. Inclusive, eu e o nosso colega Roberto Oliveira estamos aqui, compomos esse trabalho com o objetivo de dialogar com a sociedade, dialogar com os povos originários, dialogar com os povos quilombolas, com as comunidades tradicionais de um modo geral para comprovar o fato de que não é mais possível a gente pensar o Brasil pela lógica só de um instrumento legal construído por uma herança colonizadora. A gente precisa alterar a infraestrutura das nossas leis. Nós precisamos compreender e trazer, para dentro do aparato legal do estado, o que representa todas as comunidades que formam este país.

Neste sentido, os advogados e as advogadas são extremamente responsáveis. Vejam, muito mais do que importantes neste processo, eles são responsáveis por fazer isso porque é essa categoria profissional que dá sustentação ao poder. Então, quando essa categoria compreende a sua tarefa em relação a toda essa gama de conhecimentos e de todas essas realidades, ela é capaz de contribuir na mudança dessas leis.

É deste lugar que nós trazemos aqui a nossa contribuição, a nossa perspectiva de contribuição. Faremos uma audiência pública, ou seja, a gente precisa ouvir e a gente precisa aprender, porque quem está trazendo o aprendizado novo – e aqui já foi dito muito bem, para este Estado brasileiro – são as comunidades tradicionais, são os povos remanescentes de quilombo que fizeram toda uma trajetória e reservaram cultura para hoje podermos dizer que não somos música de uma nota só.

Viva a luta dos povos indígenas!

A OAB está atenta a isso, quer participar e sabe que é necessário dar a sua contribuição neste momento.

Viva o povo Tupinambá! (Palmas)

Eu gostaria de fazer um agradecimento especial porque também convivi muito de perto com Jerry e com o professor José Carlos Tupinambá.

Embora eu não me declare e não me identifique, porque não me acho nesse direito, eu também tenho numa certa ancestralidade Kariri-Xokó (palmas) pelo lado da minha bisavó.

Digo que esta causa precisa sensibilizar todo o Estado brasileiro, independentemente de onde você esteja, porque nós precisamos ser uma nação que não somos ainda.

Obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Obrigado, doutora.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Convido agora o Sr. Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, do Brasil. Por favor, Eduardo. (Palmas)

O Sr. ANTÔNIO EDUARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA: Boa tarde!

O Conselho Indigenista Missionário é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esse conselho vem se somar a esta justa homenagem proposta pelo deputado Fabrício Falcão ao povo Tupinambá de Olivença.

Queremos também dizer que estivemos acompanhando toda a mobilização dos povos indígenas, desde 2019 até 2023, contra a tese nefasta do marco temporal. Estivemos em Brasília durante esse tempo. Estamos sendo substituídos pelo companheiro Luis Ventura Fernández, que assume a missão de secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário.

Os povos indígenas no Brasil foram vitoriosos com relação a derrubar a tese do marco temporal no Supremo Tribunal Federal. Quero dizer também que os povos indígenas se somaram à grande população do povo brasileiro no processo político eleitoral. Assim, conseguiu derrubar um projeto de morte que pairava sobre o Brasil. Também fomos vitoriosos.

O presidente Lula, ao ser eleito, reconheceu essa mobilização e a importância dessa mobilização social no Brasil, principalmente dos povos indígenas, e criou o Ministério dos Povos Indígenas no Brasil. Esse é um fato inédito no mundo. Também chamou os povos indígenas para poder administrar a política indigenista oficial, dando a Fundação Nacional do Índio (Funai) para que os povos indígenas assim a administrassem e que hoje está sob o comando de Joenia Wapichana.

Também, a saúde indígena, no Brasil, está sendo administrada pelos povos indígenas. Portanto, esta é uma grande vitória e um fato inédito neste país.

Mas nós ainda precisamos avançar, porque, com o governo sinalizando essas possibilidades, vieram também as reações contrárias. Nós estamos ainda em um cenário de disputa.

Primeiro, nós precisamos colocar o assunto para o Congresso Nacional. E isso o Conselho Indigenista Missionário disse na assembleia da CNBB. Nós assim repetimos. Precisamos sempre colocar que o Congresso Nacional precisa respeitar o povo brasileiro, em especial, os povos indígenas. (Palmas)

Não é possível o Congresso Nacional, diante de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, retomar a tese do marco temporal, porque essa tese já foi rejeitada pela maioria dos povos indígenas do Brasil e também pelo próprio Poder Judiciário do nosso país.

O povo Tupinambá, aqui presente, já foi vítima, inclusive, dessa tese quando foi proposta pelo próprio Ministério da Justiça que o relatório de identificação da sua terra fosse adequado à tese do marco temporal. Foi derrubado. Depois, novamente, o então ministro Moro tentou fazer com que o Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença também fosse adequado à tese do marco temporal. Também foi derrubado. Depois, eles entraram com um mandado de segurança, tentando impedir a demarcação do território e a expedição da portaria declaratória. Também, foi derrubado.

Portanto, o território Tupinambá, como já foi colocado aqui, está totalmente sanado, em termos administrativos, para a expedição da portaria declaratória. Esse é um dos territórios no Brasil mais reconhecidos em termos da administração pública e em termos da sua legitimidade para a expedição da portaria declaratória.

Iniciativas como essa aqui, desta Assembleia Legislativa, a partir do deputado Fabrício Falcão, contribuem para o Poder Executivo tomar a iniciativa da expedição da portaria declaratória do território Tupinambá.

Queremos saudar, principalmente através da cacique Valdelice, a resistência do povo Tupinambá no Sul da Bahia. Aqui, queremos saudar os demais caciques, os membros da comunidade.

Quero dizer que o IBGE constatou um aumento excepcional dos povos indígenas no Brasil. Já são 1,6 milhão indígenas no Brasil. O estado da Bahia é o segundo estado da Federação em população indígena.

Portanto, tem-se muito trabalho a ser feito para colocar esses povos indígenas a partir dos seus direitos, principalmente os seus direitos territoriais.

Quero também saudar a presença de uma grande liderança indígena que lutou muito, nos últimos anos, pela demarcação do seu território.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ela foi vitoriosa. Quero lembrar a figura de Maria Muniz, ali presente, como representante do povo Pataxó Hã hã hã (palmas), uma grande vitória dos povos indígenas na Bahia e no Brasil.

Muito, muito obrigado ao deputado.

Gostaria de dizer, também, que nós estamos desenvolvendo o tema *Semana dos Povos Indígenas 2024*, através do chamamento do papa com o lema *Casa Comum: todas e todos parentes*.

Quanto ao povo Tupinambá, somos todos e todos parentes na luta de vocês por uma casa comum.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Muito obrigado, Eduardo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Quero saudar aqui a figura desse grande líder indígena Carru, amigo querido aqui presente; Tiago Henrique, coordenador dos Povos de Terreiro da Sepromi, aqui presente; Luciana Oliveira, do Sinebahia, da Setre, aqui presente.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Sr. Alessandro Fernandes, magnífico reitor da Universidade Estadual de Santa Cruz, a nossa grande Uesc. Por favor, professor. (Palmas)

O Sr. ALESSANDRO FERNANDES DE SANTANA: Muito boa tarde. Eu quero cumprimentar o querido deputado estadual Fabrício Falcão; em nome de V. Ex.^a e do querido Marcelino Galo, eu cumprimento a Assembleia Legislativa da Bahia e a parabenizo por esta sessão especial de hoje em homenagem aos Tupinambás de Olivença. (Palmas)

Quero cumprimentar ainda a Sr.^a Ângela Guimarães, querida secretária, representando aqui o Sr. Governador, em nome do qual cumprimento todas as autoridades. De maneira ainda muito especial, eu quero cumprimentar o Sr. Cláudio Magalhães Tupinambá de Olivença (palmas), primeiro vereador indígena eleito no município de Ilhéus. Cumprimento também o Dr. Elvio Magalhães, o articulador para que a universidade estivesse aqui hoje. De maneira muito mais especial, eu quero cumprimentar o povo Tupinambá de Olivença e os Pataxós que estão aqui. (Palmas)

Deputados, o dia de hoje é um dia histórico para todos nós e não poderia ser diferente. Pela manhã, um governador, professor, de origem indígena, assinou aqui o projeto de lei para a equiparação salarial de professores indígenas aos professores da rede estadual. Isso é uma conquista do povo indígena, mas é também uma reparação que já deveria ter acontecido.

A partir daqui eu queria dialogar um pouco sobre a importância deste ato hoje. Mais do que uma sessão comemorativa, mais do que uma homenagem, o que estamos a fazer aqui hoje é reafirmando a nossa luta em prol de todos os direitos dos povos indígenas.

Quero me dirigir, de maneira mais específica, ao povo Tupinambá de Olivença, que compõe três municípios, Ilhéus, Buerarema e Una. Ilhéus foi capitania hereditária e, daqui a quase 10 anos, fará 500 anos que foi capitania. O município estará em festa, mas só poderemos estar em festa verdadeiramente se tivermos o reconhecimento do papel do povo Tupinambá de Olivença referente àquele momento. (Palmas) Não podemos comemorar 500 anos de colonização, temos de comemorar 500 anos de construção plural do Brasil.

Deputado Marcelino, um grande poeta grapiúna José Delmo escreveu um dia: *“Se não vigiarmos a vida eles escreverão a história e o futuro poderá neles acreditar.”* Neste ato, o povo Tupinambá e o povo Pataxó estão vigiando a vida e escrevendo a história, para que o futuro não seja marcado por pessoas que venham deturpar a nossa história. (Palmas)

O deputado Marcelino falou aqui do Massacre do Cururupe, mas eu quero dizer que irmãos e irmãs indígenas são massacrados diariamente, não necessariamente com armas, mas pela maldade da falta de políticas públicas, vide o povo Ianomâmi, aquilo marcou a história do Brasil recente.

Elegermos pessoas progressistas, mas de forma plural, é fundamental para que as políticas públicas sejam feitas. Represento hoje uma universidade que, no passado, era um tanto quanto elitista. A nossa universidade foi uma das primeiras da

Bahia a adotar a política de cotas e avançamos em nossa gestão criando agora a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Permanência Estudantil. Criamos as cotas para pós-graduação, com as quais os povos indígenas terão acesso, não apenas à graduação, mas à pós-graduação em nossa universidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É fundamental saber que a universidade tem de ser para todos e para todas. Quando os povos indígenas ingressam na universidade, isso nada mais é do que um direito que eles estão reivindicando. A universidade pública só serve se for para servir à população de uma forma geral, senão ela não serve.

No próximo dia 22, completaremos 50 anos da construção do campus da nossa universidade. Estaremos em festa, mas a nossa festa maior é saber que hoje somos universidade plural, uma universidade diversa. Somos uma universidade onde ingressam trabalhadores e filhos de trabalhadores rurais. Onde ingressam indígenas e ali desenvolvem as suas atividades, contribuindo para a construção da nossa universidade.

A universidade é um patrimônio da sociedade baiana e orgulho de todos nós, mas só o é pela sua pluralidade. Viva o povo Tupinambá de Olivença! Viva o povo Pataxó! (Palmas) Viva os ancestrais indígenas que fizeram com que não esquecêssemos de que o que somos hoje não é apenas de colonizador branco é de um povo nativo que estava aqui, que é de luta e sempre será de luta. (Palmas)

Um abraço fraterno.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns! Obrigado, professor.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Gostaria de solicitar que colocassem o vídeo da deputada Alice Portugal. A deputada ainda está em sessão em Brasília. Ela gostaria de estar aqui hoje, mas, por conta de sua agenda como parlamentar em Brasília, não pôde se fazer presente.

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns à deputada Alice Portugal.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Convido agora essa tão prestigiada e aplaudida, nossa cacica Valdelice Jamopoty Tupinambá. Por favor, use a palavra, seja bem-vinda!

(Os indígenas se manifestam cantando.) (Palmas)

A Sr.^a VALDELICE JAMOPOTY TUPINAMBÁ: Só quero agradecer por este momento que é muito extraordinário para os povos originários. Não existe tal emoção... para mim é uma emoção muito grande estar aqui hoje. Eu saí de uma prisão domiciliar que seria de 4 anos, 8 meses e 12 dias em regime semiaberto, mas cumpri 5 meses e, graças a Deus, estou de volta à luta. Luta é o meu nome. (Palmas)

Quero dizer nesta Casa que eu estou falando por nós, companheiros e amigos que ainda contamos nas horas difíceis, vocês. Eu também sabia que a gente não ia encontrar uma plateia de deputados aqui, a gente sabia disso. Mas estamos aqui e

sabemos o que queremos. (Palmas) Então, é essa a finalidade deste momento, desta sessão. É a finalidade de a gente estar junto, de a gente estar ouvindo...

Os que têm compromisso com os povos originários são poucos. A demarcação da terra... já não deveríamos mais estar falando de demarcação de terra, já deveríamos estar falando de outros projetos, de melhorar a condição de vida dos povos. Mas ainda continuamos aqui dizendo: “Queremos nossa terra demarcada.”

A nossa terra está destruída. Todo mundo vê isso, mas os gananciosos querem que a destruam mesmo. Eles não querem vida para a gente, querem que a gente se reduza. Mas, para sorte deles, a cada dia vamos crescendo, a cada dia o nosso povo vai crescendo “de força,” e vamos estar assim até o fim, porque essa é a nossa finalidade, gente. Nós estamos aqui lutando por um território que é nosso. Estamos dizendo: demarquem um território que é dos povos originários.

Precisamos perder vidas? Precisamos perder mulheres? Precisamos nos sacrificar ainda mais, depois de fazerem tudo isso com a gente? E continuam fazendo. Se a gente não avançar como sabemos... ainda estamos usando a caneta, mas nós vamos precisar usar de novo a borduna para adquirir nosso território, (palmas) porque, chega! Chega de massacre ao nosso povo. Quando eles querem cortar uma árvore, eles pensam que cortaram a raiz, mas se esquecem de que a raiz brota também. Nós brotamos!

Nós, o povo Tupinambá, somos os mais massacrados. Nosso território está lá com avanço de construções de casas belíssimas, de tantas coisas. Como vai ficar esse território quando a gente o pegar? Nós vamos brigar de novo para sobreviver? Vamos ter guerra de novo para sobreviver? O Massacre do Cururupe vai começar de novo. Eles demarcam ou não demarcam esse território?

Quando a gente era mais junto, nosso povo Tupinambá, o povo Pataxó, o povo Pataxó Hã hã hã, os Pataxós avançaram. Nós agora precisamos pedir apoio de novo ao nosso povo para avançarmos, senão nós não vamos conseguir. Sozinhos não somos muitos, mas se a gente se juntar... Seu Alício fala que um graveto todo mundo quebra, mas um feixe é mais difícil de quebrar.

Então, vamos nos juntar, parentada. Vamos nos juntar para acabar com isso, para demarcar o território, para nossas crianças terem dignidade e poderem correr na terra, serem livres, porque nós não somos.

Nós temos um governador, temos um presidente, mas e aí? A gente continua no mesmo... A gente quer saber disso. A gente sabe que a educação é um fruto, a educação é tudo. A gente sabe disso e eu sei disso. Sou memória de educação, e sei que a gente precisa de educação de qualidade, mas a gente precisa da demarcação do território também.

Então, eu queria pedir aos nossos parceiros, aqueles ocultos que não mostram a cara para não reclamarem com eles, que a gente possa se juntar para conversar com o ministro da justiça para que assinem a portaria declaratória dessas três terras.

As terras que estão na Bahia precisam ser demarcadas, precisam ser desentrosadas. (Palmas) Nós não estamos falando só do povo Tupinambá, nós temos lá Pataxós, Pataxós de Barra Velha, Tupinambás de Olivença e Tumbalalás. Há quanto tempo esses três povos estão lutando para que assinem a portaria declaratória

dizendo que essa terra tem dono? Essa terra tem dono, gente! Se a gente não gritar, a gente vai perdê-la.

Então, eu peço que não só aos que estão aqui para se juntem, mas que cada um que ouve a nossa voz, cada um que aplaude a gente, cada um que sente a mesma dor. A gente precisa juntar esses pedacinhos para conquistar o território.

Eu agradeço de coração este momento, isso é especial para nós. Eu sempre falo que a gente precisa ter as portas abertas, as portas precisam ser abertas para nós e isso é muito difícil. Falando sobre Ilhéus, terra dos coronéis, a gente nunca conseguia ter uma porta aberta na Câmara de Vereadores, hoje nós temos uma porta aberta lá, porque nós temos um vereador indígena que bota a camisa, que bota o cocar, que sai e defende o seu território. (Palmas) Amanhã, a gente pode ter um deputado também que faça a mesma coisa aqui.

A gente precisa avançar. Só avançaremos se estivermos juntos como estamos agora pela luta do nosso povo, do povo Tupinambá, do povo Tumbalalá e do povo Pataxó. A gente precisa sentir a mesma dor que nossos parentes sentiram ao perderem suas crianças, nós tivemos dois jovens que se enforcaram em nossa aldeia.

Nós estamos com a situação de saúde precária. Precisamos de muitas coisas? Precisamos. Melhoraram o salário da educação – graças a Deus –, mas não melhoraram as condições. O Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara é de pau a pique. Nesses dias de chuva, a gente parou, não houve aula. É prejuízo para quem? Para as nossas crianças.

Então, que o governo também consiga fazer algumas unidades escolares, que melhore essas condições de vida. Os parentes que nos visitam conhecem a nossa realidade. É isso.

Também agradecemos a Uesc. Não vamos só falar bonitinho, não. Vamos falar a verdade. A gente nunca teve uma parceria com a Uesc, mas, graças a Deus, a gente está tendo agora, (palmas) entendem? Eles mandaram um ônibus para gente vir aqui. Isso é importante. Então, vamos aumentar essas idas e vindas. Precisamos ir lá para eles nos mostrarem, assim como eles irem conhecer um pouco da nossa realidade.

Mas é isso, eu sei que a gente não vai consertar o mundo, mas a gente precisa dar dignidade aos povos originários, já que hoje é dia 18 de abril e amanhã será dia 19 de abril.

Obrigada. (Palmas)

(O deputado Marcelino Galo assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Agradeço à cacica Valdelice. Não é à toa que a sua presença foi tão celebrada por todos. Essa fala vem da vida, da história e do coração.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): E agora quero anunciar a fala do grande deputado que está ali naquela tribuna, desse valoroso deputado proponente

desta sessão que nos propiciou esse momento tão importante para a história desta Casa ao celebrar o povo Tupinambá, o deputado Fabrício Falcão. (Palmas)

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Boa tarde a todos e bom dia a todos, porque o dia começou muito bem pela manhã, com a festa que foi a vinda do nosso governador a esta Casa, mais uma vez trazendo um projeto importante para o magistério indígena que equipara o salário de professores indígenas ao salário dos professores da rede estadual. Foi uma luta, mas aqui foi demonstrado um pouco da vontade do governador em fazer algo a mais para os povos originários da Bahia.

Saudar a todos na Mesa, em especial, a figura do meu amigo Marcelino Galo, essa figura querida, excelente deputado, que representa a luta dos povos da Bahia, um deputado de luta, aguerrido, essa figura querida; saudar as representações da OAB, da Defensoria Pública, da CTB, essa entidade que luta pelos trabalhadores da Bahia e do Brasil; saudar essa figura querida que é o vereador Cláudio.

Saudar a figura do Sr. Eduardo Almeida; da Sr.^a Ângela, que está representando, neste momento, o governador Jerônimo Rodrigues, nesta Casa. Saudar todos aqui presentes, na figura do ex-deputado Bira Corôa, esta figura de muita luta, deputado experiente, respeitado na Bahia e fora da Bahia. (Palmas) Parabéns, Bira, pela figura que você é para o povo da Bahia.

A cacica Valdelice falou aqui, em suas palavras finais, que nós não vamos consertar o mundo, mas pessoas como a senhora com certeza ajudam a melhorá-lo e a edificar este mundo de tantos problemas e de desarranjos.

Por mais que no Brasil tenhamos um recomeço de processo de civilidade com a reassunção de um governo popular, de um governo em defesa da democracia e da unidade do povo brasileiro, houve momentos muito difíceis, momentos nos quais eu mesmo temi por muito tempo que pudéssemos voltar às trevas da ditadura. Um governo que flertou com o autoritarismo, colocando os militares onde não eram os seus lugares, espalhando os militares nos cargos civis mais importantes do Estado e fazendo um arranjo para tentar causar um reboião com a sua reeleição ou não.

Graças a Deus, não tivemos a reeleição daquela coisa infeliz, que saiu da vida do povo brasileiro. Que tenha saído para sempre. Hoje, temos um governo que tem o respaldo popular, o governo do presidente Lula. Aqui na Bahia, temos um governador de origem indígena, o Jerônimo Rodrigues Tupinambá, professor, figura que vem das lutas do camponês, da luta pela agricultura familiar, pela transformação de uma Bahia melhor para todos.

Neste momento em que pudemos trazer um tão importante projeto do magistério indígena para a nossa Casa, eu quero parabenizar a totalidade dos deputados e das deputadas, os que se intitulam Governo e Oposição, pois já declararam que terça-feira votaremos este projeto aqui, por unanimidade. É importante parabenizar os deputados e as deputadas desta Casa. (Palmas) Que possamos, Ângela, com o nosso governador, contigo como secretária, com a nossa superintendente, com a força do presidente Lula, em breve garantir a homologação das terras Tupinambás, do povo de Olivença. (Palmas)

Essa é uma luta! Eduardo aqui falou que são 21 anos de reconhecimento, mas a homologação é importante. Vocês já estiveram em Brasília com o então ministro

da Justiça, Flávio Dino. Nós estivemos aqui com Afonso Florence, secretário da Casa Civil. Que possamos trazer isso para a realidade, pois não é admissível que saíamos daqui a 2 anos e 6 meses, ao final deste governo de luta, que é o governo Lula, sem ter essa homologação sendo garantida por lei.

É uma necessidade, é uma reparação urgente por tudo aquilo que vocês já passaram e, por desrespeito, pagam até hoje. O engraçado é que, quando aquele que não tem direito à terra invade uma terra, eles são ocupadores pacíficos; quando os índios tentam tomar aquilo que é seu, são invasores. Então, isso tem de acabar.

Então, coloco, mais uma vez, o meu mandato como deputado estadual a serviço dos povos indígenas da Bahia, do povo Tupinambá de Olivença, em especial, Nane, para que eu possa ser uma voz juntamente com os deputados, como Marcelino, que é uma voz de luta também nesta Casa, e para que, com toda certeza, possamos ter momentos de “festejamento” por vocês.

Um forte abraço! À luta! Vamos sempre, contem com este mandato em defesa do povo Tupinambá, do povo unido da Bahia.

Um forte abraço. Esta Casa é de vocês. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Quero agradecer as palavras do deputado Fabrício Falcão, não só a sua manifestação na tribuna, mas também por ele propiciar e organizar esta sessão especial em homenagem ao povo Tupinambá.

Muito obrigado, deputado Fabrício Falcão.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Fabrício Falcão assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Convido agora a última oradora que fará uso da palavra neste momento, a Sr.^a Secretária Ângela Guimarães que, neste momento, representa também o governador da Bahia Jerônimo Rodrigues Tupinambá.

Com a palavra, secretária.

Quero registrar a presença de Luis Guilherme Pontes, primeiro vice-presidente da ABI; e da minha amiga Dr.^a Carla Ramos, que está presente também. Carlinha.

A Sr.^a ÂNGELA GUIMARÃES: Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Quero falar da minha honra e responsabilidade de estar neste lugar, nesta sessão, neste dia histórico que está sendo o dia 18 de abril, quando nós iniciamos nesta Casa um momento único de sentido histórico, que representa a luta ancestral dos povos indígenas por reparação, por reconhecimento, por justiça social, por políticas públicas; quando a gente teve a presença do governador pela terceira vez nesta Casa, entregando um projeto de lei de valorização da educação dos povos indígenas, da progressão das carreiras, da equiparação salarial e de justiça, para que justiça seja feita e educadores e educadoras, coordenadores e coordenadoras das escolas indígenas tenham a mesma remuneração, as mesmas condições de progressão, de carreira e de aposentadoria, porque o nosso governador, que é o primeiro governador indígena da nossa história, é também um professor, tem um

compromisso irrevogável com a educação e sabe como a aprovação desse PL vem no sentido de uma agenda de entregas de políticas públicas que coloque os povos indígenas no centro, e não mais nas periferias ou nas margens de uma estratégia de desenvolvimento com justiça social do estado.

Eu quero saudar o proponente desta sessão, meu querido camarada e amigo, deputado Fabrício Falcão, parabenizando-o pela iniciativa, pelo compromisso, por mobilizar e articular a realização desta sessão; saudar, igualmente, o deputado Marcelino Galo, um guerreiro que retorna com justiça ao assento desta Casa para fazer ecoar essas lutas contracoloniais, essas lutas dos povos oprimidos, essas vozes que muitas vezes não chegam aqui; saudar a defensora pública Mônica Aragão que, neste ato, representa a Dr.^a Firmiane Venâncio; o nosso querido Jefferson de Oliveira Pataxó, o coordenador indígena da Suped, da Secretaria da Educação; o Sr. Sival Sussuarana, caquice da Aldeia Igalha e, na sua pessoa, quero saudar a cacica Valdelice.

Quero saudar Kâhu Pataxó, pela Finpat; Samehy Pataxó, vice-presidenta do Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres – de forma histórica uma mulher indígena ocupando esse espaço –; Naira Gomes, ouvidora-geral; nossa querida Rutian Pataxó, ouvidora adjunta, provando que lugar de pessoas indígenas e de mulheres indígenas tem que ser em todos os lugares.

Quero saudar minha querida amiga Rosa de Souza, a presidenta da CTB- BA; Sr. Eduardo Almeida, o ex-presidente nacional da Funai; professor Alessandro Fernandes, o magnífico reitor da Uesc; o Sr. Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, que também se pronunciou; o Sr. Jerry Matalawê, coordenador executivo da Superintendência de Política para Povos Indígenas, meu companheiro, camarada, colega de luta de todos os dias, que, além de representar a si mesmo, representa a nossa superintendente Patrícia Pataxó.

Quero saudar a minha companheira, inspiração e parceira de todos os momentos, Dr.^a Cleia Costa, representando a Comissão Especial da Reforma Agrária e do Direito à Terra e ao Território da OAB. Não poderia deixar de fazer uma grande reverência ao vereador Cláudio Magalhães Tupinambá, esse grande lutador que hoje é uma voz potente no Parlamento municipal, na Câmara de Ilhéus, a quem eu peço uma salva de palmas, (palmas) e, na sua pessoa, eu saúdo todas as representações do povo Tupinambá de Olivença.

Gente, eu acredito que, como última pessoa a falar e com essa responsabilidade de representar o nosso governador Jerônimo Rodrigues, eu preciso me associar a todas as falas que me antecederam, a todas as falas que representaram a denúncia de um processo histórico perverso de invasão, de colonialismo, de racismo e de discriminação que os povos indígenas vivem; representar as falas que reivindicam um processo completo de reparação e, nesse processo de reparação, uma agenda de políticas públicas que incluam os povos indígenas em todas as dimensões da vida social, econômica, cultural e intelectual do nosso estado e do nosso Brasil.

Quero me associar ao clamor por demarcação e homologação do território indígena, dos povos Tupinambá de Olivença; me associar a todas as falas sobre a importância e o sentido histórico deste dia de hoje, em que não viemos apenas marcar uma simbologia, mas contabilizar conquistas e reposicionar ao Legislativo, que é parceiro desta luta, ao Executivo, que também reafirma a sua responsabilidade, e ao sistema de Justiça o quanto nós ainda somos devedores dos direitos dos povos tradicionais, dos povos indígenas.

Quero também dizer que o governador se pronunciou, na manhã de hoje, com seu integral compromisso em ser o primeiro governador afirmado, o primeiro governador indígena, e sabedor da importância do seu mandato para o avanço dessa agenda, como nunca antes na história deste país. Confiamos muito, deputado Fabrício, nessa relação dialógica, democrática, participativa com o Legislativo estadual e nós temos uma boa parte desses avanços, na esfera federal, graças a um diálogo com o presidente Lula.

O senhor muito bem apresentou os desafios da nossa conjuntura. Nós vencemos eleitoralmente, mas aqueles que são contrários à nossa pauta ainda têm muita voz e poder de decisão sobre as nossas vidas. Quando olhamos para aquela composição do Congresso, confirmamos isso, mas também sabemos que nunca haverá uma democracia completa, nunca haverá um desenvolvimento com soberania, nunca haverá justiça social de fato se aqueles grupos, que historicamente foram excluídos desse processo democrático e de justiça social, não tiverem na centralidade.

Por isso, a importância que, de forma inédita, o presidente Lula deu voz e deu caneta a uma mulher, pela primeira vez, uma mulher indígena na presidência da Funai; que o presidente Lula criou, pela primeira vez, um ministério também liderado por uma mulher para liderar essa pauta, o Ministério dos Povos Indígenas, com a ministra Sonia Guajajara; e, igualmente, o nosso governador Jerônimo constituiu, fortaleceu e empoderou uma Superintendência de Política para Povos Indígenas.

Não é à toa que, hoje, pela manhã, em menos de 1 ano e meio, conseguimos apresentar como resultado do trabalho da Superintendência Indígena, no âmbito da Sepromi, uma série de conquistas represadas em relação ao acesso a água e ao sistema de abastecimentos, em relação à educação escolar indígena, em relação à inclusão socioprodutiva, em relação às estradas e vias de acesso aos territórios indígenas, em relação à eletrificação das comunidades, em relação às políticas de saúde indígena, e muito mais, porque é uma agenda potente, é uma agenda reparatória, é uma agenda civilizatória, mas muitas tarefas nós ainda temos por fazer.

Eu quero dizer que, além do compromisso já reafirmado pelo governador, Jerônimo Rodrigues, em diálogo com o Ministério da Justiça, com a Funai, com MPI, com o presidente Lula, para que a gente possa de fato avançar e ter como resultado, desses 524 anos de resistência, o maior número possível de demarcações, de homologações, de reconhecimentos e de políticas públicas, nós também consideramos estratégico que, em 2024 – a exemplo do que está acontecendo no

governo da Bahia, no qual temos um de nós falando e trabalhando por nós –, possamos ter também mais representações indígenas, negras, populares, de trabalhadores e trabalhadoras, nos espaços de poder.

Só assim conseguiremos ter o real comprometimento dos poderes Executivo, Legislativo, em todas as instâncias, para que uma agenda como essa que, pela primeira vez, esta Casa se abre para celebrar, meu sempre deputado Bira Corôa, a luta histórica, a resistência e a agenda civilizatória do povo Tupinambá de Olivença, seja corriqueira. Que essas vozes e essas reivindicações ecoem, porque nós temos compromisso em cada uma das esferas, na educação infantil, nas políticas de trabalho e renda, nas políticas de habitação, nas políticas de inclusão socioproductiva.

Eu quero concluir falando e reafirmando o compromisso do governo do estado da Bahia em ter as portas sempre abertas para o diálogo participativo. Uma boa parte das entregas que nós estamos fazendo, desde o ano passado até este ano, se origina da escuta dos representantes dos movimentos organizados, dos caciques, das cacicas, das estudantes, da escuta realizada no âmbito do Acampamento Terra Livre, realizado no ano passado, na frente da Assembleia Legislativa. Renovo o nosso compromisso em fazer avançar cada uma das políticas que dizem respeito à preservação, ao desenvolvimento, à inclusão, à memória, mas, sobretudo, as políticas que avançam nesse desafio de dimensão histórica que o Brasil carrega, que é o direito à igualdade entre todos os seres humanos, o direito à terra e ao território, para que a produção e a reprodução desses povos possam acontecer da forma tradicional, de acordo com seus saberes ancestrais, de acordo com toda sua trajetória de luta.

Um grande abraço. Parabéns àqueles e àquelas que resistem, que lutam, que sonham e que conquistam. Que esta Casa sempre esteja aberta para ecoar as demandas dos povos originários da Bahia.

Um grande abraço. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns e obrigado, nobre secretária.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Neste momento convido a todos para ouvirmos o Hino da Bahia.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão. (Palmas)

Boa tarde a todos. Vão em paz.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.